

A objetivação da teoria da responsabilidade civil e seus reflexos nos danos ambientais ou no uso anti-social da propriedade

Geraldo Ferreira Lanfredi (*)

Juiz aposentado – SP

SUMÁRIO: Introdução – 1. Breve evolução histórica – 2. Pressupostos da responsabilidade civil – 2.1 Ação lesiva – 2.2 Dano – 2.3 Nexa causal – 3. Fatos geradores da responsabilidade civil – 3.1 Ato ilícito – 3.2 Exercício de atividade perigosa – 3.3 Abuso de direito – 4. Fundamentos da responsabilidade civil – 5. Objetivação da responsabilidade nas atividades perigosas em geral – 6. O Princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ambiental e pelo uso anti-social da propriedade – 6.1 Responsabilidade objetiva, integral e solidária nos danos ambientais – 6.2 A Responsabilidade objetiva no uso anti-social da propriedade, em face do ordenamento ecológico – Conclusão – Bibliografia

Introdução

A formidável transformação histórica desencadeada pela Revolução Industrial ocorrida no séc. XIX, que resultou na introdução de máquinas no processo produtivo, conduziu a relevantes reflexos econômicos e políticos, além de sociais. A evolução histórica que se seguiu determinou a superação da doutrina liberal, ensejando nova ordem.

Assistiu-se, então, ao franco declínio da ordem jurídica liberal, defendida por Adam Smith, Quesney e outros, essa baseada nos conceitos de liberdade e igualdade de todas as pessoas preconizados pela Revolução Francesa, o que fez ruir por terra o princípio da inexistência da responsabilidade sem culpa, entre outros dogmas.⁽¹⁾

Com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, a Igreja combateu, com veemência, as idéias do individualismo liberal, propugnando a adoção, por parte do Estado, da proteção aos trabalhadores e aos economicamente fracos.

(*) Doutorando em Direito Civil pela USP, é professor na Universidade São Francisco, de Bragança Paulista, e advogado militante.

(1) ELAINE H. MACEDO. Artigo "Contrato de Adesão – Controle Judicial dos Contratos de Consumo", in "Revista de Direito do Consumidor", n.º 15, pág. 99

O grande marco foi a Constituição de Weimar, em 1919, que se desembaraça das peias do liberalismo e se orienta para o aspecto social do Estado.

A nova realidade, criada sob o influxo de corrente neoliberal, fomenta a intervenção do Estado nas mais diversas áreas para suprir deficiências da iniciativa privada, visando o amparo do economicamente mais fraco e restabelecimento do equilíbrio nas relações privadas.⁽²⁾

O social passa assim a predominar sobre o individual. E, a partir da conscientização da problemática social, cresce o sentido da coletivização, bem como se evolui para a afirmação da dignidade da pessoa humana, da importância da segurança e da justiça social.

Repercutindo sobre o Direito das Obrigações, a nova ordem promove o alargamento da responsabilidade civil e a objetivação de sua base, tendo em vista tratar-se de um dos mais importantes princípios ordenadores do Direito Privado, por meio do qual se realiza a justiça no relacionamento entre particulares.

A Constituição de 1988 deixou de lado o neutralismo do Estado, chamado de "Direito", pelo "Estado Social" e de "Justiça", cujos princípios estão solenemente declarados no preâmbulo da Carta Magna, assumindo os mais elevados valores da natureza humana, cujos postulados são coerentes com a tradição romano-cristã, constantes na sociedade moderna e na experiência constitucional de outros povos da Europa Central, conforme assinala o eminente magistrado e professor titular da USP, Carlos Alberto Bittar.⁽³⁾

Coerente com o princípio do respeito à dignidade humana, a Carta de 1988 desenvolve a idéia da objetivação da responsabilidade, que se orienta na defesa da vítima e se conforma à diretriz da dignidade da pessoa, posta como base da sociedade brasileira.

Nosso estudo, neste diapasão, versará sobre a objetivação da teoria da responsabilidade civil. Partimos, inicialmente, de breve evolução histórica da teoria da responsabilidade civil, passando a seus pressupostos, fatos geradores e fundamentos. Deter-nos-emos, em seguida, na objetivação da responsabilidade, seja quanto às atividades perigosas em geral, seja em relação ao dano ambiental e ao uso anti-social da propriedade.

1. Breve evolução histórica

O princípio da responsabilidade civil, uma das linhas mestras do Direito Natural, é retratado na máxima romana *neminem laedere* (Ulpiano),

(2) CARLOS ALBERTO BITTAR. Artigo "O Dirigismo Econômico e o Direito Contratual", RT 526/20.

(3) Idem "O Direito Civil na Constituição de 1988", São Paulo, Ed. RT, 1991, pág. 17.

que tem como concepção básica a defesa da moralidade e da dignidade humana.⁽⁴⁾

Cinco fases podemos distinguir na evolução experimentada pela matéria em estudo.

1ª – Fase primitiva, em que predominava noção de vingança privada não regulamentada: reparação do mal pelo mal, de início como reação coletiva, depois individual.

Passa-se, em seguida, à idéia de devolução da injúria regulamentada, na denominada pena de talião e à recomposição do patrimônio, instituída pela Lei das XII Tábuas, que trata da composição voluntária e legal.⁽⁵⁾

2ª – Fase romana: com a Lex Aquilia de Damno, surge uma visão sistemática da responsabilidade, prevalecendo a idéia de que o patrimônio da agente é que deve suportar o ônus da reparação. Despontando, então, a culpa como fundamento e se fixa o nexo causal para responsabilização.⁽⁶⁾

3ª – Fase da Idade Média: aperfeiçoou-se a sistemática romana (definição e graduação da culpa; distinção entre responsabilidade civil e penal).

4ª – Fase das Codificações: a responsabilidade civil é um dos princípios em que a culpa é o fundamento.

5ª – Fase Moderna da Revolução Industrial: construção da teoria do risco, cujo ápice está no rompimento de certos princípios, inclusive do nexo causal na área da responsabilidade nuclear.⁽⁷⁾

Não só a culpa, mas também o risco, passam a ser fundamentos para responsabilizar o agente.

Antes de falarmos no duplo fundamento da responsabilidade civil, vejamos seus pressupostos.

(4) GERALDO FERREIRA LANFREDI. Artigo "O Direito à Reparação dos Danos Morais e os Acidentes de Trânsito", RT 721/21.

(5) JAIR LOPE VIEIRA. Código de Hammurabi, Código de Manu e Lei das Doze Tábuas, Bauru, Edipro – Edições Profissionais, 1994, pág. 142: "Se alguém causa um dano premeditadamente, que o repare".

(6) JOHN GILISSEN. Introdução histórica ao Direito (do original francês *Introduction Historique au Droit*), Lisboa, Ed. Fundação Galoust Gulbenkian, trad. de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros, 1995, pág. 751.

(7) CARLOS ALBERTO BITTAR. Responsabilidade Civil nas Atividades Nucleares, S. P., Ed. RT 1985, pág. 24. Idem Responsabilidade Civil – Teoria & Prática, SP, Ed. Forense Universitária Ltda., pág. 31.

2. Pressupostos da responsabilidade civil

A ação, o dano, o nexo causal

2.1 Ação lesiva

Para se configurar a responsabilidade, preciso é, primeiramente, a interferência, o impulso lesivo de alguém na esfera de valores de outrem.

Deve haver ação (comportamento positivo) ou omissão (negativo), que cause prejuízo

2.2 Dano

Dano é qualquer lesão injusta a valores protegidos pelo Direito, incluindo o de caráter moral

Importa que seja atual (não remoto) ou futuro; certo (definido); pessoal (ou de pessoa da família) e direto (ou derivado e reflexo)

2.3 Nexo causal

Relação de causa e efeito entre o dano e a ação do agente.

Caracteriza-se a responsabilidade, no caso do ilícito, pela demonstração da existência do dolo ou da culpa do causador; e, na decorrente de atividade perigosa (objetiva), pelo simples implemento da relação causal (independente da subjetividade do agente); ou, nas atividades nucleares, excepcionalmente, “rompe-se essa relação para responsabilizar-se o agente pela simples comprovação da existência do acidente nuclear, com os efeitos próprios”.⁽⁸⁾

3. Fatos geradores da responsabilidade civil

O ato ilícito ou o exercício de atividade perigosa ou o abuso de direito

3.1 Ato ilícito

É a ação contrária à ordem jurídica, que atinge direito de outrem, causando prejuízo. É um desvio de conduta, por ação ou omissão, que causa prejuízo a outrem, situando-se o dever violado na esfera contratual ou extracontratual.

(8) Idem. “Responsabilidade Civil – Teoria & Prática”, SP, Ed. Forense Universitária Ltda. pág. 12.

3.2 Exercício de atividade perigosa

Face aos riscos introduzidos na sociedade e presente o princípio *ubi emolumentum ibi onus*, responde o agente pelo simples exercício de atividade perigosa (estradas de ferro, exploração de minas etc).

3.3. Abuso de direito

Também por força do abuso de direito, pode o agente praticar atos atentatórios ao direito de outrem, incluindo o uso nocivo ou anti-social do imóvel, que contraria os direitos de vizinhança

4. Fundamentos da responsabilidade civil

A culpa ou o risco

Foi a noção de culpa que inspirou a construção da sistemática da responsabilidade civil, enquanto a idéia do risco decorreu das transformações produzidas na sociedade, desde meados do século passado, com o maquinismo.

Na teoria da culpa, também denominada teoria subjetiva, mister se faz demonstrar, na prática, o elemento subjetivo do agente para sua caracterização, verificando se agiu intencionalmente no “desvio de conduta”⁽⁹⁾ ou atuou por imprudência, negligência ou imperícia.

Todavia, difícil e onerosa é a prova para a vítima

Já, na teoria do risco ou teoria objetiva, há notável avanço, pois basta a simples demonstração do nexo de causalidade, pelo exercício da atividade perigosa, sem se cogitar da intenção do agente, o que facilita, sobretudo, o ônus probatório para o hipossuficiente.

5. Objetivação da responsabilidade nas atividades perigosas em geral

A teoria objetiva é, efetivamente, mais humana que a da culpa, pois está mais ligada ao sentimento de solidariedade social, com fundamento no princípio *ubi emolumentum ibi onus*, ou seja, a pessoa que retira proveito dos riscos criados deve arcar com as respectivas consequências.

O princípio da responsabilidade por culpa cede lugar, assim, à responsabilidade por risco. Não se perquire a subjetividade, a vontade do lesante na

(9) CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA. “Instituições de Direito”, vol. 1, RJ, Ed. Forense, 1980, pág. 564: “procedimento contrário a um dever preexistente, por comissão”.

produção do desvio, senão a relação causal, o vínculo, entre a sua atividade e dano produzido. O que importa é a simples causação para a reparação do dano, liberando-se a vítima da prova da culpa.

A objetivação da responsabilidade civil representa, portanto, notável avanço e conta com adeptos cada vez mais numerosos.⁽¹⁰⁾

Passa-se do ato ilícito (teoria subjetiva) para o lícito, este porém, gerador de perigo (teoria objetiva), e que, por isso, merece tratamento jurídico especial.

A “Revolução Industrial” e a “Revolução Atômica” nos tempos modernos, que introduziram, na sociedade, máquinas, veículos perigosos e a exploração do átomo, trouxeram a idéia do risco como fundamento para responsabilização do agente, devido ao ingresso de elementos carregados de perigo – ainda que lícitos – na vida diária, e à maior preocupação de amparo às vítimas de acidente por eles provocados.

Nas atividades perigosas, a idéia do risco não exige senão a demonstração do nexo causal para caracterização da responsabilidade, enquanto nas atividades nucleares basta a simples ocorrência.

A noção de culpa, como fundamento da responsabilidade, entrou nos códigos, com atenuações pela técnica da presunção de culpa, a fim atender a anseios de justiça social. Já, a idéia do risco vem sendo introduzida em leis especiais, bem como em alguns códigos modernos, como o italiano, sobre atividades consideradas perigosas.

Em seu art. 2.050, cuida o Código Civil italiano, com efeito, da responsabilidade por exercício de atividades perigosas, devendo o agente reparar o dano, se não houver provado a adoção de todas as medidas idôneas para evitá-lo.⁽¹¹⁾

Leis próprias foram editadas desde o século passado (como na Prússia, em 1838; na França e Bélgica, séc. XIX), que configuraram certas atividades perigosas em regime jurídico especial de responsabilidade. Do campo dos acidentes de trabalho, acolhido por lei francesa de 1898, o princípio da objetivação da responsabilidade passou a outras atividades privadas, como na “exploração de estradas de ferro, navios a vapor, minas, fios telefônicos, telegráficos, traba-

(10) A TÍLIO ANIBAL ALTERINI. *Responsabilidad Civil*, 2ª ed., Buenos Ayres, Ed. Abeledo-Perrot, pág. 106: “La adopción de dicha teoría - que cuenta con adeptos en número elevado - pone en quiebra el sistema jurídico de responsabilidad, que se sustenta en la idea de culpabilidad en cuanto ésta deriva de la voluntariedad del acto”.

(11) *Codice Civile Italiano*, art. 2050: “Chiunque cagiona danno ad altri nello svolgimento di un'attività pericolosa per sua natura o per la natura dei mezzi adoperati è tenuto al risarcimento, se non prova di avere adottato tutte le misure idonee a evitare il danno”.

lhos hidráulicos, pontes e grandes edificações, produção de gás e energia e transporte aéreo, marítimo e terrestre, com destaque especial para os automóveis, dentre outras”.⁽¹²⁾

Uma vez inserida na Carta de 1988, esta responsabilidade especial deverá, por igual, ser internada em novo Código Civil brasileiro, aparecendo a idéia do risco como fundamento da responsabilidade civil, ao lado da culpa.

Na evolução da matéria, se aportará, talvez, à total indenizabilidade de qualquer dano, com aplicação de seguros próprios, cujos ônus se dividam pela coletividade.⁽¹³⁾

A propósito, Geneviève Viney, renomada civilista francesa, profª da Sorbonne (Paris I – Pantéon Sorbonne), sugere, inclusive, citando tese de M. Francis Caballero, “*l'organisation d'un système de responsabilité sociale sous la forme d'une taxation destinée à organiser la lutte contre les grands fléaux sociaux et les risques de catastrophe en particulier, la pollution, l'alcoolisme, le tabagisme*”.⁽¹⁴⁾

Acresce que várias leis vêm adotando o esquema de ações coletivas, na linha da coletivização da responsabilidade, em que o Ministério Público, associações e entidades públicas estão legitimadas a atuar em favor dos lesados, facilitando às vítimas receber indenizações.

Poderíamos ressaltar, ainda, que a objetivação da responsabilidade se estende a outras áreas, além das atividades perigosas, como às pessoas jurídicas de Direito Público, ao Estado, à satisfação das vítimas na defesa dos direitos do consumidor e, em particular, na responsabilidade por dano ambiental e pelo uso anti-social da propriedade, estas últimas objeto de nosso próximo enfoque.

6. O princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ambiental e pelo uso anti-social da propriedade

Embora antigo, o fenômeno da agressão ao meio ambiente era considerado como consequência normal do progresso tecnológico e econômico, só começando a exigir tratamento jurídico especial no final dos anos 50.

Data de 29 de julho de 1960 a Convenção de Paris para utilização de energia atômica, que cria um regime profundamente original de responsabi-

(12) CARLOS ALBERTO BITTAR. “O Direito Civil na Constituição de 1988”, SP, Ed. RT, 1991, pág. 168.

(13) Idem, Ibidem.

(14) GENEVIÈVE VINEY. *Traité de Droit Civil – Introduction à la Responsabilité* – Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1996, pág. 109. Propomos a seguinte tradução: “Organização de um sistema de responsabilidade social, sob a forma de taxação, destinada a fazer frente aos grandes flagelos sociais e aos riscos de catástrofe, especialmente a poluição, o alcoolismo, o tabagismo”.

dade na época, permanecendo como modelo, ainda hoje, para responsabilização de empresas, cuja atividade provoca graves perigos para o meio ambiente

Releva observar que sensibilizaram, sobremaneira, a opinião pública internacional os freqüentes naufrágios de petroleiros, que provocaram desastres ecológicos, entre os quais se sobressai o do Amoco Cadiz, em 1978.⁽¹⁵⁾

No Brasil, “as queimadas na Amazônia, a dizimação dos índios e a morte do seringueiro Chico Mendes desencadearam, no mundo inteiro, uma preocupação com nossos problemas ambientais”.⁽¹⁶⁾

No que respeita, propriamente, à objetivação da responsabilidade civil por danos ecológicos, assistiu-se na França e na União Européia contínua evolução, que culminou com o consenso dos Estados europeus em estabelecer, na Convenção de Lugano, um regime especial de responsabilidade por atividades perigosas ao meio ambiente.⁽¹⁷⁾

Vale observar que, na celebrada Convenção de Lugano, reconheceram os Estados europeus a especificidade do dano ao meio ambiente, bem como a aplicação de responsabilidade objetiva e solidária (*responsabilité sans faute et solidaire*).⁽¹⁸⁾

6.1 Responsabilidade objetiva, integral e solidária nos danos ambientais

No que respeita, especialmente, à objetivação da responsabilidade pelo dano ao meio ambiente, a Lei Federal nº 6.938/81 – que deu origem à Política Nacional do Meio Ambiente – estabeleceu importante instrumento de defesa ecológica, que é a Ação de Responsabilidade Civil, por danos causados ao meio ambiente (art. 14, § 1º), atribuindo ao provocador do dano a responsabilidade objetiva de indenizar, “ainda que a conduta do agente, que causa o dano, seja lícita, autorizada pelo poder competente,

(15) ARNAUD DE RAULIN *L'Épopée judiciaire de l'Amoco Cadiz*, Paris, Ed. Techniques S.A., 1993. O autor, professor da Universidade do Havre (França), elaborou interessante estudo sobre a batalha judiciária relativa à responsabilidade civil, que ocorreu após o naufrágio do petroleiro Amoco Cadiz, de bandeira liberiana, nas costas da França, cujo sinistro se constituiu em uma das maiores catástrofes ecológicas, de âmbito internacional.

(16) ANN HELEN WAINER “Legislação Ambiental brasileira” RJ, Ed. Forense, 1999, pág. 109

(17) GENEVIÈVE VINEY Artigo “Les principaux aspects de la responsabilité civile des entreprises pour atteinte à l'environnement en droit français” – *La Semaine Juridique – Juris-Classeur Périodique*, nº 3/3900

(18) GILLES J. MARTIN Artigo “La responsabilité civile pour les dommages à l'environnement et la Convention de Lugano”. *École Nationale de la Magistrature (Aspects du Droit de L'Environnement)*, 1995, pág. 86

embora obedeça a normas técnicas para o exercício de sua atividade, se dessa atividade resulta prejuízo ambiental, tem ele a obrigação de indenizar”.⁽¹⁹⁾

A responsabilidade, além de objetiva, é integral, não se limitando a indenização a um teto, mediante forma de “seguro-poluição”, como ensina José Afonso da Silva, que cita cinco consequências da adoção da responsabilidade objetiva nesse campo (firmado na lição de Sérgio Ferraz): a) irrelevância da intenção danosa (basta um simples prejuízo); b) irrelevância da mensuração do subjetivismo; c) inversão do ônus da prova; d) irrelevância da licitude da atividade; e) atenuação do relevo do nexo causal. Não exonera, pois, o poluidor a prova de que sua atividade é normal e lícita nem que sua atividade foi licenciada.⁽²⁰⁾

Qualquer medida tendente a afastar as regras da responsabilidade objetiva e da reparação integral é contra o ordenamento jurídico. A não admissão do princípio do risco integral vai contra o ordenamento ambiental. As transações contrariam a responsabilidade integral. Nesse sentido, a responsabilidade civil deve ser vista à luz do Direito Ambiental e como instrumento de realização desse Direito.

Quanto à determinação do responsável, nem sempre é fácil identificá-lo, daí se justificar a “atenuação do relevo do nexo causal”, bastando que a atividade do agente seja potencialmente degradante para sua implicação nas malhas da responsabilidade.⁽²¹⁾

Aplica-se, ademais, nessa área a regra da solidariedade entre os responsáveis, “podendo a reparação ser exigida de todos e de qualquer um dos responsáveis”.⁽²²⁾

Entre os tipos de reparação, encontram-se a indenização (para o que se cogita criação de fundos especiais) e a recomposição ou reconstituição do meio ambiente degradado (Const. Federal, art. 225, § 2º).

A propósito de fundos de indenização, Michel Prieur, um dos mais autorizados estudiosos de questões ecológicas diz que experiências estrangeiras têm mostrado o grande interesse de tal mecanismo para proteção ambiental. Com efeito, segundo o ambientalista francês, *l'existence d'un tel fonds fa-*

(19) NELSON NERY JUNIOR Artigo “Responsabilidade Civil e Meio Ambiente”, Revista do Advogado (AASP), col. 37, set/1992.

(20) JOSÉ AFONSO DA SILVA “Direito Ambiental Constitucional”, SP, Malheiros Ed., 1994, pág. 215.

(21) Idem, ibidem

(22) Idem, ibidem

cilite l'indemnisation ou la restauration de l'environnement notamment dans les cas où le pollueur ne peut pas être identifié ou en l'absence d'un droit patrimonial privé lésé" ⁽²³⁾

6.2 A responsabilidade objetiva no uso anti-social da propriedade, em face do ordenamento ecológico

Para melhor compreensão do que representa o uso nocivo e anti-social da propriedade, com marcantes efeitos na esfera da responsabilidade civil, vale analisar, por primeiro, o sentido da função social da propriedade e seu cunho ecológico.

Augusto Comte, filósofo positivista, foi o primeiro a usar a expressão "função social", em 1851. Tão só a divulgou Léon Duguit, ao publicar livro em 1912, onde afirma que "a propriedade é apenas uma função social, tornando-se o dono mero detentor de um bem, que deve ser usado no interesse público".

Desde que a Constituição de Weimar (1919) proclamou que "a propriedade obriga", em todas as legislações mereceu pronunciamento expresse a tese sobre os deveres, que, ao lado dos direitos, incumbem ao proprietário.

Na encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII se opôs à doutrina absolutista da propriedade privada, dogma ensinado e praticado pelo capitalismo e liberalismo econômico de então, enaltecendo o pontífice a finalidade social da propriedade, que não deve ser utilizada tão-só em proveito próprio, senão também para utilidade comum.

A função social da propriedade, hoje, um lugar comum, corresponde à necessidade da solidariedade social e visa disciplinar a atividade, os direitos e os deveres do proprietário.

Ensina, a respeito, o prof. Eros Grau que "o princípio da função social da propriedade impõe ao proprietário – ou a quem detém o poder de controle, na empresa – o dever de exercê-la em benefício de outrem e não, apenas, de não a exercer em prejuízo de outrem". ⁽²⁴⁾

Esta função social, com respeito ao direito agrário, é destacada em todas as legislações modernas.

Foi a Constituição Federal de 1967 que inaugurou a expressão, mas, nas anteriores, com termos diversos, já se consagrava essa função.

(23) MICHEL PRIEUR. *Droit de l'Environnement*. Paris, Ed. Dalloz, 1991, pág. 736. Propomos a seguinte tradução: "A existência de um tal fundo facilita a indenização ou a restauração do meio ambiente, sobretudo nos casos em que o poluidor não pode ser identificado ou na falta de um direito patrimonial privado, que foi lesado".

(24) EROS ROBERTO GRAU. "A Ordem Econômica na Constituição de 1988" (Interpretação e Crítica), SP, Ed. RT, 1995, pág. 250.

A Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), em seu artigo 2º, definiu o que é a função social, modificada, em parte, pela Constituição de 1988.

Ao cuidar dos direitos e deveres individuais, a Lei Magna em vigor destacou o respeito devido à propriedade e que essa "atenderá à sua função social" (art. 5º, XXII e XXIII).

Mas, é no art. 186 que a atual Constituição Federal definiu este instituto, ao estabelecer que a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

"I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores."

A função social não abrange, pois, apenas, requisito de ordem econômica, senão também de ordem social e ecológica. Com efeito, conforme ressalta o constitucionalista José Afonso da Silva, os três requisitos se ligam a nosso tema, porquanto "o aproveitamento racional e adequado (requisito econômico) significa, em última análise, o uso sustentável da terra agrícola, a prática do manejo agrícola, que preserve o solo como patrimônio nacional desta e das futuras gerações. O segundo requisito (ecológico) é taxativo no sentido de que a proteção ambiental e dos recursos ambientais constitui um objetivo indeclinável da política agrícola, revelando-se aí o aspecto ecológico da função social da propriedade imobiliária rural. O terceiro (social) também diz respeito ao tema na medida em que implica ordenar a exploração agrícola no sentido do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Ora – finaliza o mestre – o bem-estar é uma característica da boa qualidade de vida. O proprietário que explore sua propriedade sem atender a esses requisitos fica sujeito à expropriação dela para fins de reforma agrária, nos termos do art. 184 da Constituição." ⁽²⁵⁾

Nesse cunho fortemente ecológico, que permeia toda a função social da propriedade rural, está presente, sem dúvida, o fator decisivo de orientação ambientalista na política agrícola.

Recorrendo à lição de Giselda Hironaka, que se reporta a Raimundo Laranjeira, chegamos à conclusão de que "a função social da terra é nada mais nada menos que o próprio jogo dialético entre seu fundamento produtivista e

(25) JOSÉ AFONSO DA SILVA. *Op. cit.*, pág. 154/155.

seu fundamento conservacionista", na busca incessante do estado de harmonia entre o homem e o meio ambiente.⁽²⁶⁾

No que se refere mais propriamente ao uso anormal da propriedade, veremos que o Direito Privado tem também alguns meios para enfrentar o problema, no que é reforçado pelas normas de Direito Ambiental.

Previu o Código Civil brasileiro, por meio da proteção aos direitos de vizinhança, a garantia da segurança, do sossego e da saúde das pessoas. São considerados avançados nesse sentido os arts. 554 e 572 do Código Civil:

"Art. 554 – O proprietário ou inquilino de um prédio tem o direito de impedir que o mau uso da propriedade vizinha possa prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos que o habitam."

"Art. 572 – O proprietário pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver, salvo o direito dos vizinhos e os regulamentos administrativos."

A tendência socializadora do direito – como observa, com pertinência, o advogado ambientalista Antônio Pinheiro Pedro, vence, no Código Civil, a corrente individualista. "Não exigiu expressamente elementos tais como a "má-fé", "dolo", ou seja, vontade subjetiva, ou mesmo exigiu, literalmente, existência de culpa subjetiva, para caracterizar o uso anti-social da propriedade em face da vizinhança ou ao Poder Público".⁽²⁷⁾

Os dispositivos acima visam restringir o uso anormal do direito de propriedade, mostrando harmonia do Direito Civil e do Direito Ambiental, no que se refere às limitações do uso da propriedade em face da comunidade.⁽²⁸⁾

Já previa Pontes de Miranda, evocado por Paulo Afonso Leme de Machado, na esteira da doutrina civilista, que "a pretensão à indenização que nasce da ofensa a direito da vizinhança é independente da culpa".⁽²⁹⁾

Destarte, a responsabilidade objetiva, independente de culpa, está delineada nas disposições sobre o uso nocivo de propriedade, constantes do Código Civil, "advindo a norma ambiental para explicar a inserção do conceito na lei comum, até mesmo para gerar direito à reparabilidade individual...".⁽³⁰⁾

(26) GISELDA MARIA F. NOVAES HIRONAKA. Artigo "Direito Agrário e os mecanismos para a conservação e a preservação do meio ambiente", Rev. de Direito Civil/USP, SP, vol. 56/153.

(27) ANTÔNIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO. Artigo "Breves considerações sobre os conceitos tradicionais de uso da propriedade e direito de vizinhança face ao novo ordenamento ambiental – Direito de agir pelas vias tradicionais", Rev. de Direito Ambiental, n.º 0/131.

(28) Idem, ibidem.

(29) PAULO AFONSO LEME MACHADO "Direito Ambiental Brasileiro", SP, Malheiros Ed. 1992, pág. 210.

(30) ANTÔNIO FERNANDO P. PEDRO. *Op. cit.* pág. 136.

Conclusão

Observa-se, hoje em dia, progressiva coletivização da idéia de responsabilidade, com a socialização dos riscos mediante cobertura por meio de seguro obrigatório, como vimos no decorrer do trabalho.

Na verdade, para atender a reclamos da Justiça, existe uma constante objetivização de base na sistemática do ressarcimento.

A teoria objetiva se estabeleceu com firmeza, por meio de leis especiais, em inúmeros setores de atividades. Desde os acidentes de trabalho, passando por várias atividades perigosas, incluindo automóveis e direito aéreo, até a proteção do meio ambiente e o uso anormal da propriedade no direito de vizinhança, a doutrina vem fazendo constantes progressos, não só no Direito internacional como no Direito pátrio.⁽³¹⁾

A área nuclear, por sua vez, que já tem foro constitucional, cuja responsabilidade civil objetiva vem consagrada na Carta de 1988 (art. 21, XXIII, "c"), necessita de aperfeiçoamento da lei nacional básica, "para que se estendam seus efeitos às atividades em que se empregam materiais nucleares, sujeitando-as, com isso, ao respectivo sistema de controle", como sustenta o prof. Carlos Alberto Bittar, acrescentando o eminente magistrado que, "com isso, poderá a legislação especial abranger inclusive os novos desdobramentos, que, com certeza, no futuro, advirão, com a intensificação das referidas atividades, em razão do espírito inovador e dinâmico do homem e de seu multifário gênio empresarial...".⁽³²⁾

BIBLIOGRAFIA

Alterini, Atílio Anibal. "Responsabilidad Civil", 2ª ed., Buenos Ayres, Edit. Abeledo-Perrot.

Bittar, Carlos Alberto. "O Direito Civil na Constituição de 1988", SP, Ed. RT, 1991. – "Responsabilidade Civil nas Atividades Nucleares", SP, Ed. RT, 1985. – "Responsabilidade Civil – Teoria & Prática", SP, Forense Universitária Ltda., 1990. – "O Dirigismo Econômico e o Direito Contratual", RT 526/20.

(31) GENEVIÈVE VINEY. Artigo: *Op. cit.* José Aguiar Dias "Da Responsabilidade Civil", vol. 1, RJ, Ed. Forense, 1979, pág. 90.

(32) CARLOS ALBERTO BITTAR. "Responsabilidade Civil nas Atividades Nucleares", SP, Ed. RT, 1985, pág. 163.

- Dias, José Aguiar.** "Da Responsabilidade Civil", vol. 1, RJ, Ed. Forense, 1979.
- Gilissen, John** "Introdução Histórica ao Direito" (do original francês *"Introduction Historique au Droit"*), Lisboa, Edit. Fundação Galouste Gulbekian, trad. de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros, 1995.
- Grau, Eros Roberto.** "A ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica)", SP, Edit. RT, 1991.
- Hironaka, Giselda Maria F. Novaes.** Artigo "Direito Agrário e os seus mecanismos para conservação e preservação do meio ambiente", Rev. de Dir. Civil/USP, vol. 56/153.
- Lanfredi, Geraldo Ferreira.** Artigo "O Direito à Reparação de Danos Morais e os Acidentes de Trânsito", RT 721/18.
- Macedo, Elaine Harzheim.** "Contrato de Adesão. Controle Judicial dos Contratos de Consumo" Rev. de Direito do Consumidor, nº 15, pág. 99.
- Machado, Paulo Affonso Leme.** "Direito Ambiental Brasileiro", SP, Malheiros Edit., 1992.
- Martin, Gilles J.** Art. "*La Responsabilité civile pour les dommages à l'environnement et la Convention de Lugano*", in "*Aspects du droit de l'environnement*", Melun, École Nationale de la Magistrature, 1995.
- Nery Junior, Nelson.** Art. "Responsabilidade Civil e Meio Ambiente", Revista do Advogado (AASP), vol. 37, set. 1992.
- Pereira, Caio Mário da Silva.** "Instituições de Direito Civil", vol. 1, RJ, Edit. Forense, 1980.
- Pinheiro Pedro, Antônio Fernando.** Art. "Breves considerações sobre os conceitos tradicionais de uso da propriedade e direito de vizinhança face ao ordenamento ambiental – Direito de agir pelas vias tradicionais". Revista de Direito Ambiental, nº 0/131.
- Prieur, Michel.** "*Droit de l'Environnement*", Paris, Edit. Dalloz, 1991.
- Raulin, Arnaud De.** "*L'Epopée Judiciaire de l'Amoco Cadiz*", Paris, Ed. Techniques S.A., 1993.
- Silva, José Afonso da.** "Direito Ambiental Constitucional", SP, Malheiros Edit., 1994.
- Vieira, Jair Lopes.** "Código de Hammurabi, Código de Manu e Lei das XII Tábuas", Bauru, Edit. Édipro – Edições Profissionais Ltda., 1994.
- Viney, Geneviève.** "*Traité de Droit Civil - Introduction à la Responsabilité*", Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1995.
- Artigo: "*Les principaux aspects de la responsabilité civile des entreprises pour atteinte à l'environnement en droit français*", *La Semaine Juridique, Juris-Classeur Périodique*, nº 3/3900.
- Wainer, Ann Helen.** "Legislação Ambiental Brasileira", RJ, Edit. Forense, 1991.